

Cintia Gomes da Silva

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
cintiagomes22@hotmail.com

Andréa Giordanna Araujo da Silva

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
agiordanna@hotmail.com

O QUE ENSINAR SOBRE A HISTÓRIA DAS SOCIEDADES INDÍGENAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL?

RESUMO

Analizam-se dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordam a História dos indígenas do Nordeste do Brasil (2008-2015). O objetivo é identificar os temas que podem ser objeto de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental. Em pesquisa em sites de Programa de Pós-Graduação em Educação e História das universidades federais estaduais, encontraram-se quatro dissertações e duas teses que abordam o tema objeto deste estudo. Nos textos acadêmicos, identificaram-se seis temas: rituais, memória, conflito por territórios, luta por direitos políticos, resistência dos índios na preservação de sua identidade e uso da mão de obra indígena para o desenvolvimento das sociedades coloniais do Nordeste, que podem ser objeto de estudo para estudantes: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Palavras-chave: Ensino de História. Índios do Nordeste. Ensino Fundamental.

WHAT TO TEACH ON THE HISTORY OF INDIGENOUS SOCIETIES IN THE INITIAL YEARS OF FUNDAMENTAL EDUCATION?

ABSTRACT

Master dissertations and doctoral theses addressing the History of Indigenous Peoples of the Northeast Region of Brazil (2008-2015) are analyzed. The objective is to identify the subjects that can be object of teaching in the initial years of elementary education. In research on sites of Post-Graduation Program in Education and History of the federal state universities, four dissertations and two theses that deal with the subject of this study were found. In the academic texts, six themes were identified: rituals, memory, conflict over territories, struggle for political rights, resistance of Indians to the preservation of their identity and use of indigenous labor for the development of colonial societies in the Northeast; subjects that can be object of study for students children, adolescents, young adults and the elderly.

Keywords: History teaching. Northeast indians. Elementary school.

Submetido em: 18/07/2017

Aceito em: 14/12/2017

DOI: 10.28998/2175-6600.2017v9n19p107

1 INTRODUÇÃO

A questão título deste artigo se constitui uma demanda formativa frequente nos cursos de formação inicial e continuada de professores. Assim, trataremos do corrente exercício pedagógico de apresentação das culturas indígenas a partir de sua contribuição “visível” e útil para a constituição da identidade nacional e das práticas socioculturais dos brasileiros não indígenas. Tem-se, comumente, a ideia de que o estudo das histórias e das culturas dos povos indígenas só tem sentido se estiver diretamente associado às experiências sócio-históricas vividas pelos não índios.

Na perspectiva de apresentar nossa história como um patrimônio único, linear e cumulativo, contam-se as histórias das comunidades indígenas como se fosse um apêndice da História nacional. Trata-se de um tipo de conhecimento que aparece como uma contribuição à formação cultural da Nação, porém em uma perspectiva estanque e homogeneizadora. A singularidade histórica de cada sociedade indígena, os movimentos de continuidade e de permanência possibilitaram que esses povos atravessassem os séculos invisibilizados transformando-se em sujeitos históricos silenciados; quanto à sua identidade e resistência continuam superficializadas e “despercebidas”.

O que pretendemos, portanto, é apresentar o estudo da história e das formações socioculturais dos povos indígenas como contribuição à formação dos seres humanos, sobretudo, dos brasileiros. O reconhecimento dos direitos dos povos originários é uma dívida de todos que compõem as diversas comunidades culturais e extratos sociais brasileiros não indígenas (a sociedade majoritária). Dessa forma, listar e expor os hábitos, as práticas, os conhecimentos culturais, políticos e econômicos, apreendidos pelos povos indígenas ao longo dos séculos e tratar da constituição das comunidades indígenas, como sociedades étnicas e históricas autônomas, é nosso compromisso.

2 SOBRE OS POVOS INDÍGENAS: REFLEXÕES INICIAIS

Com implantação da Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, que origina três princípios para o ensino na educação básica: a consciência política e histórica da diversidade; o fortalecimento de identidades e direitos; as ações educativas de combate ao racismo e, principalmente, a luta contra as discriminações motivadas pelo preconceito, é dever de todo professor e de toda professora. Conhecer os preconceitos que norteiam as ações discriminatórias, seja no contexto social, seja profissional, isto é, tratar cada preconceção como objeto de discussão (tema gerador) das práticas de ensino é trazer

todo o alavanque que permeia essas relações sociais que estão pautadas em um discurso vazio, vazio e alienador.

É preciso compreender o processo histórico que dá sentido à autonomia política e à singularidade sociocultural de cada sociedade indígena, pois, segundo Luciano (2006, pp. 87-88), a “noção limitada e etnocêntrica de cidadania, entendida como direitos e deveres comuns aos indivíduos que partilham os mesmos símbolos e valores nacionais” desencadeia um ato de discriminação e violência, não de reconhecimento sociopolítico. Segundo o referido autor (idem):

[...] os povos indígenas não partilham a mesma língua, a mesma história, os mesmos símbolos, a mesma estrutura social e, muito menos, a mesma estrutura política e jurídica da sociedade brasileira não indígena, uma vez que possuem símbolos, valores, histórias e sistemas sociais, políticos, econômicos e jurídicos próprios. Eles seguem nas suas aldeias normas particulares que não são as do Estado brasileiro, e que podem mesmo ser contrárias às do Estado.

Nessa perspectiva, os povos indígenas têm os próprios símbolos de identidade, que estão relacionados com sua ancestralidade histórica e suas formas de organização social, bem como suas estruturas políticas e econômicas contemporâneas. Contudo, é prática comum nas aulas de História realizar a explicação dos acontecimentos históricos em uma perspectiva evolucionista e considerando o contexto sociocultural imediato dos estudantes. Esse tipo de ação pedagógica pode induzir à generalização e à uniformização no estudo das comunidades indígenas no Brasil.

3 SOBRE O ESTUDO: PROCEDIMENTOS E INTERESSES

Este estudo ancora-se na perspectiva da pesquisa qualitativa e bibliográfica (GIL, 2002), estruturado pela análise das dissertações de mestrado e teses de doutorado dos Programas de Pós-Graduação dos estados do Nordeste, tendo como recorte temporal o período 2008-2015. O processo de identificação e seleção dos textos realizou-se por meio da leitura do título, das palavras-chave e do resumo das produções acadêmicas postadas na plataforma dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História.

A pesquisa configura-se pelo estudo da produção acadêmica do presente sobre a temática História das Sociedades Indígenas, visando refletir a respeito dos saberes produzidos, no âmbito acadêmico, sobre os povos indígenas, que podem ser objeto de ensino das aulas de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, realizou-se o levantamento de dissertações e teses sobre a História dos Povos Indígenas produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História das Instituições

Federais de Ensino Superior da região Nordeste do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Durante as pesquisas, percebemos que o estudo sobre o ensino de História (os povos indígenas) apresenta-se escasso, isto é, uma temática relevante encontra-se invisível e limitada até no meio acadêmico, particularmente nos programas de pós-graduação. Dentre os estados citados onde se realizaram as pesquisas, Alagoas foi o único onde se encontrou um material de dissertação de mestrado, publicado em 2009, intitulado *A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas* (FERREIRA, 2009). No texto, realiza-se a discussão sobre a educação indígena no sertão alagoano,¹ na qual aparecem elementos importantes no ensino de História na comunidade. Embora exista outro material que retrata a educação dos povos indígenas Wassu-Cocal, intitulado *A educação escolar indígena entre os Wassu-Cocal: algumas pistas sobre a concepção da educação escolar a partir de seus professores*, de autoria de Jéssika Danielle dos Santos Pereira, ainda não havia sido disponibilizado nas plataformas pesquisadas durante a realização deste estudo.

Selecionamos esses construtos acadêmicos específicos como objeto de análise e interpretação porque é restrito o número de publicações (livros, artigos acadêmicos e relatórios de pesquisa) que tratam do ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental e faz referência ao ensino da História das Sociedades Indígenas no Brasil. Essas produções podem apontar-nos caminhos para o desenvolvimento de ações pedagógicas de perspectiva crítica.

4 SOBRE AS PRODUÇÕES: HISTÓRIA DAS SOCIEDADES INDÍGENAS DO NORDESTE NARRADA NAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Neste estudo, catalogamos quatro dissertações de mestrado e duas teses de doutorado que têm o objeto de estudo relacionado com a História das Sociedades Indígenas do Nordeste. As produções foram analisadas de forma particular e utilizamos como referências teóricas, para identificação do conhecimento histórico produzido, os estudos de Almeida (2006), Aróstegui (2006), Le Goff (1990), Luciano (2006) e Nora (1993).

A primeira dissertação de mestrado analisada: *A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas*, de autoria de Gilberto

¹ No decorrer da discussão do trabalho, apresentaremos e discutiremos essa dissertação.

Geraldo Ferreira (2009), trata da educação dos índios Jiripankó.² Nela, a memória caracteriza-se como um recurso pedagógico, pois está relacionada com as experiências dos antepassados da comunidade, e, sendo resguardada pelos membros mais velhos da comunidade, possibilita transmitir às novas gerações a história que conta as lutas pela sobrevivência à escravidão e às perseguições sofridas pelos indígenas.

Para os índios Jiripankó, a memória é compreendida como um recurso pedagógico e um patrimônio histórico. Isso é possível porque a memória apresenta-se como fato social, conectada com a história, ou seja, a memória é um processo em constante construção e reconstrução que cede lugar à memória oficial, articulando fatos sobre o passado, particularmente, quando se refere à identidade individual e coletiva. Segundo Le Goff (1990), a memória tem como propriedade conservar certas informações, remetendo a um conjunto de funções psíquicas, em que o homem pode atualizar impressões ou informações passadas.

Segundo Santos (2013, p. 5):

Pensar a memória tendo como nela implicada a primeira variante pressupõe vê-la e dizê-la como Memória-Histórica, ou seja, como um contínuo espaço-tempo segmentado, como a sucessão passado-presente-futuro na qual os acontecimentos se sucedem ao se encadearem e se encadeiam ao se sucederem numa linha temporal que produz como efeito um lugar de memória como repositório de um sentido histórico a ser realizado.

Nesse sentido, a memória é um patrimônio histórico, no qual são originados os meios sobre os diferentes tipos de memória (oral e escrita), bem como a sua leitura relacionada com as práticas de preservar os objetos que lhe são concebidos. Logo, o patrimônio tem um importante papel social, pois atua como espaço formativo dos sujeitos. Nora (1993) afirma que a memória é vida, pois está sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. É a memória que dá sustentação aos rituais dos Jiripankó. Tais práticas culturais são tidas como sagradas para todos os membros da comunidade e são, também, tratadas como processos formativos. Logo, é um artefato que faz parte de resistência para a preservação da identidade, mesmo estando em constante processo de transformação e ressignificação.

² Povos indígenas localizado na microrregião do sertão alagoano (Pariconha). O município é composto por uma população 10.209 habitantes aproximadamente, de acordo com dados do IBGE 2008. Os jiripancós estão divididos em oito comunidades: Ouricuri, Figueiredo, Piancó, Poço D' Areia, Serra do Engenho, Araticum, Capim e Caraibeiras. Esses povos sobrevivem do sustento da terra como o cultivo do milho, feijão e a mandioca.

Como um patrimônio imaterial, o ritual constitui-se de práticas e domínios da vida social, em que são manifestados os saberes, os ofícios, os modos de fazer, as celebrações, as formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas. Desse modo, como lugares de produção de símbolos e significados, os rituais são práticas estruturais da cultura Jiripankó, constituem os valores, a história desse povo e as tradições da comunidade. Assim, a forma de educação está sustentada em princípios, e o mais importante deles é a integração do homem com a natureza. Por isso, a luta pela terra corresponde à luta pela sobrevivência.

Em suma, os rituais indígenas não podem ser tratados em nossas salas de aula de História como “ações exóticas”, que podem ser imitadas ao “Dia do Índio”, como usualmente fazem as escolas. Nosso papel não é “imitar” para comemorar ou mostrar que valorizamos a ação cultural do outro. Nosso papel é tratar os conhecimentos, as tecnologias, as diferentes culturas indígenas (seus rituais, pinturas, línguas), a identidade étnica e as tradições indígenas, como fenômenos sociais e históricos.

Segundo Grupioni (2004), a escola contribuiu com o processo de discriminação em dois caminhos: a imposição da língua portuguesa (como a “certa”), a qual nega o valor social das línguas indígenas (são variados os dialetos – mas foram-se perdendo e acabaram esquecidos devido a essa injunção) e a disseminação dos preconceitos, por meio da elaboração e da disseminação de materiais didáticos e discursos pedagógicos que observavam os povos indígenas como comunidades políticas, econômicas, culturais e tecnologicamente atrasadas. No entanto, além de uma estrutura sociocultural, as línguas indígenas são aspectos da resistência indígena aos movimentos de imposição cultural realizado pelos não indígenas. Os estudantes não indígenas precisam ter o conhecimento e a explicação sobre as perseguições e as discriminações de que foram vítimas as sociedades indígenas (viventes no território brasileiro), mas, particularmente, precisam conhecer os movimentos de resistência criados por esses povos, que foram ideologicamente silenciados na “História Oficial”.

A segunda dissertação analisada: **Os indígenas na primeira história da Paraíba: um estudo sobre a história da Província da Parahyba**, de Maximiano Lopes Machado, de João Paulo Costa Rolim Pereira (2012). Realiza a discussão sobre o livro de História e o debate sobre a identidade dos índios, forjada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). O instituto foi criado em 21 de outubro de 1838, para fazer uma reformulação na História oficial da Paraíba, quando excluiu a história dos povos indígenas.

O texto apresenta a imagem produzida, no início do século XVI, sobre os conflitos políticos envolvidos na produção da história oficial da sociedade paraibana e o tratamento

dado à História e à Cultura dos povos indígenas. Dessa forma, o estudo apresenta uma discussão sobre os indígenas Potiguara e Tabajara, que fizeram parte na construção da história da Paraíba, mas foram esquecidos na produção historiográfica nacional.

O conflito dos índios Potiguara, que resistiram à escravização da Coroa Portuguesa, foi invisibilizado pelo IHGP. Esse instituto exaltava a imagem do europeu dando honra e proeminência somente aos atos da Corte. Uma das poucas vozes contrárias ao silenciamento da história dos índios na construção desse estado foi Maximiano Lopes Machado,³ que lutou pelo reconhecimento da identidade dos povos indígenas paraibanos.

O IHGP retrata os embates entre os portugueses, outros europeus e os índios Potiguara e Tabajara. Enfim, os índios foram vistos como se tivessem uma participação limitada e não reconhecidos como atuantes no processo de conquista da Paraíba. Talvez por atuarem ao lado dos franceses (e não dos portugueses), a sociedade paraibana tratava os indígenas, atuantes no conflito, como um único povo, visto como traidor ou comparsa na luta entre os europeus. A esse respeito diz Pereira (2012, p. 63),

[...] Maximiano Machado [...] coloca os indígenas como auxiliares, conduzidos pelos franceses ao ataque. A iniciativa não teria partido daqueles e sim destes. Machado jamais imputa aos indígenas qualquer responsabilidade. Suas ações sempre são orquestradas pelos europeus, quer quando aliados dos portugueses, ou dos franceses ou, mais tarde, dos holandeses. Estes insuflavam os índios a guerrearem a seu favor conforme as circunstâncias. Certamente os europeus deveriam saber, através das alianças estabelecidas, como lidar com os indígenas para terem o seu apoio quando necessário. Como vimos anteriormente, Machado destaca que os franceses, diferentemente dos portugueses, tratavam os indígenas 'com respeito e amor'; sendo assim, nada seria mais coerente que tivessem boa figura dos franceses e uma péssima imagem dos portugueses. Portanto, Machado credita à ação dos portugueses, mais precisamente à sua cobiça, a culpa por fazerem vir à tona essa face cruel e sanguinária dos indígenas.

Nesse contexto, Pereira (2012) retrata os fatos históricos ocorridos no estado da Paraíba, onde os indígenas tiveram uma participação relevante na construção da história desse estado, como acontecimentos históricos que foram descritos e interpretados de forma seletiva nos textos produzidos pelo IHGP. A instituição do governo, produtora da história oficial, silenciou a participação dos povos indígenas na História da política do estado paraibano.

Assim sendo, o contexto histórico que envolve os povos indígenas paraibanos é semelhante ao de outros povos, quando se retrata os povos indígenas do Nordeste como sujeitos históricos que lutaram e resistiram às formas cruéis de escravidão e morte. Dessa forma, a exposição dos conflitos, dos embates e da participação dos índios na construção

³ Fez parte como membro do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP) em 1880. Sua intenção era escrever uma história de sua pátria, a Paraíba, que para ele era conhecida de forma superficial e equivocada.

da sociedade paraibana e na luta pela terra é um conteúdo histórico que caracteriza os indígenas como povos que lutam por seu direito à vivência étnica, política e econômica, particular e autônoma.

A terceira dissertação, *Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco 1801-1845*, de Carlos Fernando dos Santos Júnior, publicada em 2015, aborda a história de luta por territórios das populações indígenas na Região do Submédio São Francisco – nas ribeiras de Moxotó e Pajeú e nas vilas Assunção e Santa Maria – do Sertão nordestino (século XIX). A produção apresenta os embates dos povos indígenas na emancipação por terras que ocorreu no Sertão de Pernambuco (região dos rios Pajeú e Moxotó), bem como as estratégias criadas para reivindicar direitos.

Segundo Santos Júnior (2015), os índios do Sertão criaram o próprio processo de luta política na busca por seus direitos e territórios, visto que, durante um longo período de lutas, entre os séculos XVIII e XIX, inúmeros conflitos violentos ocorreram entre os indígenas e as autoridades locais, pela partilha de terras e fontes de água. Segundo Almeida (2010), é preciso reconhecer os povos indígenas do Brasil como sujeitos que buscaram construir os próprios itinerários históricos de convivência e sobrevivência ao processo de colonização, logo criaram estratégias de negociação, confronto e associação com os colonizadores. Por isso, contribuíram para a definição dos territórios que hoje denominamos de municípios, estados e país.

A quarta dissertação analisada, *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás 1650-1701* foi produzida por Friedrich Câmara Siering e publicada em 2008. O texto discute os processos de conquista e dominação e as formas de lutas e resistências criadas pelos índios da capitania da Bahia, no sertão de Maracás, entre os anos 1650 e 1701.

Siering (2008) aborda a trajetória de luta dos indígenas contra os europeus no processo de conquista e dominação do território. Em meio aos embates, as frentes coloniais precisaram criar meios para “amansar” os índios que resistiam à corte; um dos artifícios foi buscar aliar-se ao grupo dos “silvícolas⁴” para combater os índios do Sertão da Bahia.

Nesse contexto, o “índio bom” para os portugueses era aquele que se aliava e o “índio rebelde e mau” era o que não aceitava as ordens e as obrigações impostas pela colônia; há um legado de negociação e resistências que os povos indígenas tentaram estabelecer com o “homem branco”. Aos índios que se aliavam à corte, eram concedidos

⁴ “Aquele que nasce ou vive nas selvas.” (FERREIRA, 1999, p. 1855).

alguns direitos no aldeamento e bens como roupas e instrumentos, pois, para esses indígenas, o que importava era a sobrevivência. Por isso, segundo Luciano (2006, p. 40),

As gerações indígenas mais antigas parecem oferecer maior resistência à reafirmação das identidades étnicas, em grande medida ainda influenciadas pelas sequelas do período colonial repressivo. E não é por menos. Eles foram forçados a abdicar de suas culturas, tradições, de seus valores e saberes porque eram considerados inferiores, satânicos e bárbaros (ou seja, eram considerados como sinônimo de atraso, o que os impedia de entrar no mundo civilizado, moderno e desenvolvido) e para poderem se tornar gente civilizada, moderna e desenvolvida. Eles foram obrigados a acreditar que a única saída possível para o futuro de seus filhos era esquecer suas tradições e mergulhar no mundo não indígena sem olhar para trás. Mas mesmo assim, muitos velhos sábios e anciãos indígenas estão superando esse trauma psicológico, e embarcando no caminho que está sendo traçado e construído pelas gerações mais jovens, onde prevalece a recuperação da auto estima, da autonomia e da dignidade histórica, tendo como base a reafirmação da identidade étnica e do orgulho de ser índio.

Dessa maneira, vê-se que os índios do Nordeste, de acordo com o contexto histórico, sempre buscaram preservar sua identidade em meio a tantos conflitos com os europeus, fazendeiros e discursos oficiais que distorcem e encobrem os fatos históricos. Diz o referido autor (2006, p.217):

[...] na história oficial do Brasil, contada nos livros didáticos das escolas ou mesmo na literatura especializada, não aparece nenhum feito ou contribuição significativa dos povos indígenas à formação da nação brasileira. Isto porque os povos indígenas sempre foram considerados sem cultura, sem civilização ou qualquer tipo de progresso material. Aliás, circula ainda hoje entre pessoas bem escolarizadas a ideia de que os índios representam barreiras e empecilhos para o progresso e o desenvolvimento da nação.

Nas quatro dissertações analisadas, o contexto histórico é amplo, quando se refere aos índios do Nordeste, que tiveram a participação na construção da sociedade brasileira, mas principalmente na construção da própria identidade étnica e nos seus processos históricos. O legado histórico é imenso e deve ser objeto de aprendizagem no ensino de História com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, porquanto, trazer essas questões para a sala de aula e discuti-las desfaz a imagem e o discurso distorcido que é propagado na e pela sociedade ocidental (não indígena), desde o período da colonização das sociedades conviventes no continente americano.

Ao estudar os processos históricos da luta dos povos indígenas da região Nordeste, pelo direito à terra e à existência cultural autônoma, as crianças, os adolescentes e os adultos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental terão maior possibilidade de compreender as batalhas travadas entre os povos indígenas, o Estado e os latifundiários em torno da posse da terra. Os estudantes poderão entender que as reivindicações das sociedades indígenas do presente pelo reconhecimento e pela demarcação das terras tradicionalmente ocupadas por eles se tratam de movimento de continuidade, não uma

invenção política do agora, como querem fazer pensar os discursos políticos hegemônicos. Segundo Aróstegui (2006), ao citar Nisbet (1988), não podem ser confundidas as noções de mudança e de movimento no campo da história. A primeira trata de uma dimensão acumulativa, de caráter qualitativo ou quantitativo e irreversível das sociedades; já o movimento, pode ser tratado como estruturas (práticas) sociais que permanecem ou são modificadas no interior das sociedades ao longo do tempo.

Observa-se, portanto, que a alienação da terra dos povos indígenas iniciada no período colonial, descrita nas produções de Santos Júnior (2015) e Siering (2008), é um movimento de permanência que atravessou diferentes modelos econômicos e políticos ao longo da História do Brasil; logo, as lutas desses povos também podem ser caracterizadas como um movimento permanente e necessário no campo social e histórico. Por isso, uma questão social e de história que deve ser objeto de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental.

Por conseguinte, a primeira tese analisada, *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia 1750-1800*, produzida por Fabricio Lyrio Santos, e publicada em 2012, apresenta pressupostos ligados à religião e à transformação das aldeias em vilas. O texto trata do “processo civilizatório” que buscava moldar os índios aos padrões da Corte. Segundo o autor, com a transformação das aldeias em vilas, cresce o número de agentes civis e militares assumindo a função de civilizar os indígenas. O estudo descreve como se deu a catequese dos índios no Sertão, os conflitos na administração das aldeias, e o processo e as consequências da extinção das aldeias. Percebe-se que havia uma dualidade entre “civilização” e “catequese”; o termo civilizar não era corrente do discurso oficial, mas era praticado em um sentido metafórico. Todavia, embora intensivo, os dois processos (catequese e civilização) não foram suficientes para que os índios abandonassem suas culturas.

Tendo de conviver na mesma paróquia com os europeus, os indígenas continuaram resistindo à “civilização” imposta pelo homem branco. Isso perdurou até o fim do século XVIII. Conforme Santos (2012, p. 279):

[...] do mesmo modo que haviam feito, durante dois séculos, em relação ao ‘sistema de catequese’: aceitaram alguns elementos, negaram outros, dissimularam o quanto puderam. A única medida realmente eficaz parece ter sido a separação das crianças em relação às suas famílias, algo que havia sido feito, também, pelos missionários, nas aldeias. Se não logrou inteiramente ‘civilizá-los’, ao menos teve impacto significativo na eliminação dos idiomas nativos, outrora preservados. Para os índios, o contato com a sociedade colonial continuou a ser uma imposição, mais do que uma escolha. Apenas um destino lhes era reservado. Recusar a civilização seria um completo absurdo. No entanto, para espanto de todos, nem a catequese nem a civilização conseguiram fazê-los abandonar, por completo, seus costumes e ritos ‘bárbaros’ e ‘gentílicos’. Teria a cultura triunfado sobre a civilização?

Por serem palavras distintas e possuírem significados opostos, o termo civilização diz respeito a instruir, educar, fazer avançar e refinar; o vocábulo civilizado é semelhante, por exemplo a: culto(a), educado(a), instruído(a), cortês e sofisticado(a). Já catequizar refere-se a doutrinar alguém ou introduzir no conhecimento ou na participação de alguma coisa, educar dentro dos princípios de uma religião ou induzir.

Salienta-se, ainda, que a concepção de moldar o índio já é antiga, de acordo com as pesquisas realizadas – as dissertações e as teses analisadas neste artigo –, pois há a ambivalência de transformar o indígena em cristão e convertido, abandonando seus valores e práticas, tornaria mais fácil para os jesuítas civilizar para só depois catequizar. De fato, a religião foi utilizada como ponte para que a colônia conseguisse seus objetivos, ou seja, o Estado usava a Igreja como meio para alcançar seus interesses.

A segunda tese e último texto acadêmico analisado, *Trajetórias de vidas rotas: Terra, Trabalho e Identidade Indígena na província da Bahia 1822-1862*, de André de Almeida Rego, publicada em 2014 apresenta questões relacionadas com a história dos indígenas da província da Bahia (1822-1862). O texto apresenta o papel dos índios na construção do Estado-Nação, e aborda a relevância da terra e a modificação no modo de vida dos povos nativos como uma estrutura necessária à constituição do Estado nacional. O trabalho abarca, também, os conflitos entre os índios e os latifundiários na luta por território.

Devido à luta por terras, os povos indígenas foram e são taxados como selvagens e ignorantes. Além disso, havia a exclusão dos indígenas dos “assuntos políticos”, por não saberem ler e escrever, o que levou à insurreição dos nativos contra as autoridades coloniais. Enfim, o texto trata da participação dos povos indígenas na construção da sociedade do Sertão, nas comarcas da província baiana no período imperial, buscando, ao mesmo tempo, a sobrevivência individual e da comunidade que buscava e lutava por direitos.

Os “direitos” dos indígenas (resultantes das reivindicações, apelações à Coroa Portuguesa, realizadas pelos missionários católicos) foram negados, pois o período imperial trouxe mudanças. Tentava-se convencer os índios a “abandonar” a dependência pelos missionários e a se apegarem ao governo local da corte. No entanto, à medida que o Estadonação foi crescendo, modificações começaram a ocorrer, a presença do índio foi reprimida nos espaços políticos, excluindo-os de qualquer direito. Destarte, os povos indígenas tiveram sua identidade negada, sendo incorporada a cultura dos brancos aos diferentes modos de vida, isto é, como se a sua cultura não existisse mais.

Observa-se que os termos história e resistência, como referência aos povos indígenas do Nordeste, são palavras análogas. Desse modo, com a análise dos textos

acadêmicos, foi possível identificar seis fenômenos sócio históricos que podem ser objeto de ensino com os estudantes dos anos iniciais, em uma perspectiva de formação crítica: a memória, tratada como patrimônio; os rituais, caracterizados como patrimônio imaterial, que dá unidade histórica (bem cultural herdado dos ancestrais) e sentido identitário aos membros de uma comunidade; os conflitos políticos envolvidos na produção da história oficial e as formas de silenciamento da história dos povos indígenas; suas lutas por direito ao território; o trabalho dos povos indígenas como mão de obra (e força guerreira) necessária ao desenvolvimento das sociedades coloniais no Nordeste e as formas de luta e de resistência dos povos indígenas como estruturais identitárias e históricas das comunidades indígenas contemporâneas.

Constata-se que muitas ideias, conceitos e temáticas podem ser estudados e explorados no ensino de História, principalmente, para os alunos do Ensino Fundamental, que é o primeiro contato dos estudantes com o estudo da história formal - conteúdos que não estão presentes no material didático (especialmente no livro didático) - e, na maioria dos casos, o professor e a professora desconhecem, porque não tiveram uma formação crítica e reflexiva acerca dessas questões. Tais conhecimentos precisam ser abordados na sala de aula, visando quebrar paradigmas e reformular os conceitos apreendidos do senso comum (ou mesmo na escola).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, embora relacionada com a história dos não brancos, cada sociedade indígena tem o próprio processo histórico e o que as une, no cenário nordestino, é o permanente processo de luta pela posse de terra, como condição vital, e pelo reconhecimento de sua identidade como sociedades étnicas plurais e autônomas.

Segundo Araújo e Giugliani (2014) a educação brasileira permanece resistente à inclusão da discussão sobre as relações étnico raciais, às diferenças, à história e à cultura afrobrasileira, africana e indígena nas escolas. Essa resistência ainda permeia a história fundada em modelos tecnocráticos, eurocêntrico e monocultural, o que implica considerar a diversidade sob um aspecto político, o que ainda é bem presente; a diversidade como um campo de hierarquização, exclusão e violação dos direitos sociais, intelectuais e sexuais.

O desconhecimento da diversidade nos espaços escolares gera ideologias rotuladas, desigualdades e discriminação; há a necessidade da reeducação do estudo dos processos históricos e das relações culturais pautado no reconhecimento e na valorização das culturas, para que seja neutralizado o ensino histórico pontual, superficial e

descontextualizado. Assim, é preciso contar a História do outro a partir do olhar desse outro sobre os acontecimentos políticos, econômicos e culturais experienciados por ele.

Ainda que as dissertações e as teses analisadas não sejam uma produção dos próprios povos indígenas, elas têm o mérito de discutir a história dos povos indígenas em um contexto histórico mais amplo, ao contrário do que vemos no material didático e do que é propagado pelos meios de comunicação. Logo, é necessário às escolas tomarem esses estudos como objeto de análise e lugar para seleção dos saberes e práticas curriculares a serem vividas com os alunos não indígenas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARAÚJO, Jurandi de Almeida; GIUGLIANI, Beatriz. Por uma educação das relações étnico-raciais. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://seer.canoas.ifrs.edu.br/seer/index.php/tear/article/viewFile/165/85>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Educ, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas**. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como delinear uma pesquisa bibliográfica? . In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa?** São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para os professores de 1.º e 2.º graus**. São Paulo: MEC; Mari: Unesco, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. **Os indígenas na primeira história da Paraíba**: um estudo sobre a história da Província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras, Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

REGO, André de Almeida. **Trajetórias de vidas rotas**: terra, trabalho e identidade indígena na província da Bahia 1822-1862. 2014. 351 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à civilização**: colonização e povos indígenas na Bahia 1750-1800. 2012. 315 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. Michel de Certeau: a história como campo de invenção de novos cotidianos historiográficos. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal, RN. **Anais**... Natal, RN, 2013.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco 1801-1845. 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SIERING, Friedrich Câmera. **Conquista e dominação dos povos indígenas**: resistência no sertão dos Maracás 1650-1701. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.